

Sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador

CARLA VAZ DOS SANTOS RIBEIRO*

DENISE BESSA LEDA**

Resumo: O presente ensaio teórico tem por objetivo levantar reflexões sobre os sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador. Aborda mudanças no mundo do trabalho na virada do século XX para o século XXI, dando destaque aos novos modos de controle a que estão expostos os trabalhadores. Problematisa a centralidade do trabalho em tempos de desemprego, flexibilização e precarização das atividades laborais. Aponta o trabalho como fator estruturante e desestruturante, analisando, ainda, as repercussões do não trabalho na constituição do sujeito. Questiona sobre os riscos do processo de desumanização do trabalhador submetido às situações de trabalho adversas e sinaliza a urgente necessidade de ampliação de pesquisas na área de saúde do trabalhador que possam fomentar políticas públicas.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Sentidos do trabalho; Subjetividade.

Senses assigned to work in contemporary society and repercussions at subjectivity of the worker

Abstract: This theoretical essay aims to reflect on the meanings attributed to work in contemporary society and the repercussions at subjectivity of worker. Changes in the world of work from the turn of the 20th century to the 21st century, highlighting the new forms of control to which workers are exposed are approached. Such essay problematizes the centrality of work in times of unemployment, flexibilization and precarization of labor activities, points out the work as a structuring and de-structuring factor, also analyzing the repercussions of nonwork on the constitution of the subject. Risks of the process of dehumanization of the worker submitted to adverse work situations is questioned and the urgent need to expand researches in the area of worker health that can promote public policies is indicated.

Key words: World of work; Sense of work; Subjectivity.



* **CARLA VAZ DOS SANTOS RIBEIRO** é Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada do Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



** **DENISE BESSA LEDA** é Doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente da Universidade Federal do Maranhão, nível Associado III (DE). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (PPGPSI).



“Lunch atop skyscraper”. Fotos: © Bettmann Corbis. New York, 1932.

Introdução

Partindo do entendimento do trabalho como categoria sociológica-chave que configura-se como elemento central para a compreensão da constituição do ser social, propõe-se no presente ensaio teórico levantar reflexões sobre os distintos sentidos atribuídos ao labor na sociedade contemporânea e suas repercussões na subjetividade da classe trabalhadora.

Para aprofundamento das reflexões deste estudo, algumas questões norteadoras foram delineadas, tais como: Quais são as principais repercussões das transformações do mundo do trabalho na subjetividade dos trabalhadores? De que modo os trabalhadores têm enfrentado o processo de intensificação e precarização da sua atividade laboral? Como os distintos sentidos atribuídos ao trabalho têm impactado na constituição da

subjetividade dos trabalhadores? Como lidar com o afastamento do mundo laboral e o não lugar em uma sociedade que gira em torno do trabalho?

Buscando atender o objetivo proposto, a discussão realizada neste texto será dividida em dois eixos: o primeiro aborda as mudanças do mundo do trabalho na virada do século XX para o século XXI, dando destaque aos novos modos de controle a que estão expostos os trabalhadores. O segundo problematiza a centralidade do trabalho em tempos de desemprego, flexibilização e precarização das atividades laborais. Aponta o trabalho como fator estruturante e desestruturante, analisando, ainda, as repercussões do não trabalho na constituição do sujeito.

O mundo do trabalho, seus modos de gestão e de controle da subjetividade.

Analisar a categoria trabalho na atualidade é uma tarefa de muita complexidade. Autores de vertentes teóricas críticas têm procurado compreender e desvelar os meandros do sistema capitalista, os diferentes percursos históricos que ele veio tomando e as configurações que trouxe à vida dos seres humanos.

Recorremos, para início, ao pensamento de Jost, Fernandes e Soboll (2014, p. 48): “O capitalismo compreende diversos ciclos de crescimento e de crise, que são acompanhados de transformações na forma de gestão e organização do trabalho, assim como nas exigências de qualificação e nas formas de controle sobre os trabalhadores”. Desse modo, podemos entender que os diferentes modos de organização do trabalho foram concebendo diversas conformações à subjetividade do trabalhador, ou seja, em sua concepção de mundo e, por consequência, em suas formas de agir e interagir.

No fim do século XIX e início do século XX, Frederick Winslow Taylor, engenheiro norte-americano, difundiu em sua “Teoria da Administração Científica”, o aumento da produtividade “[...] através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento.” (HARVEY, 1996, p. 121). A sua intenção era privar os trabalhadores de qualquer margem de autonomia sobre os processos de trabalho, desconectando concepção da atividade de execução propriamente dita, limitando os trabalhadores à operacionalização das tarefas. O foco de Taylor era a eficiência operacional no setor industrial, otimizando o

rendimento do trabalhador, evitando desperdício de tempo e de materiais durante o processo produtivo.

Mas, para evitar possíveis resistências era necessário uma eficiente seleção do operário ideal. Segundo Zanella (2003, p. 69), o trabalhador deveria ter as seguintes características em seu perfil: “[...] quieto, econômico, ambicioso, ignorante, seguro, obediente, individualista e forte”. A submissão frente às ordens dos superiores hierárquicos, normalmente as pessoas que concebiam e planejavam as atividades da produção, tornou-se central, assim o trabalhador cooperava com a execução eficiente do seu trabalho.

Inevitavelmente, a atividade espontânea do trabalhador de pensar sobre a atividade laboral, entra em conflito com a exigência taylorista de prescrição das tarefas. Dejours (1996) compreende que tal conflito pode gerar erros, falhas ou atrasos no processo produtivo. Conforme esse mesmo autor em sua discussão sobre “Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho” (2011b, p.403): “Flanação, preguiça, falha e desinvestimento são antes o resultado de um processo de desorganização vinculado aos efeitos deletérios da utopia taylorista quando ela se impõe nas relações sociais de trabalho”. Concorda-se que o uso da inteligência, é inerente ao sujeito, e ele a utiliza para criar e transgredir nas atividades laborais, movimento importante para a saúde no trabalho. Contudo, tal movimento, na gestão taylorista, era sinal de desobediência ao prescrito, motivo de demissão do trabalhador.

Passada a primeira década do século XX, por volta de 1914, o taylorismo associava-se aos princípios e métodos desenvolvidos por Henry Ford, surgindo

daí o fordismo. Esse sistema manteve algumas características do taylorismo como por exemplo: acentuada separação entre concepção e execução (divisão do trabalho), mas apresentou novos elementos essenciais: processo de produção centrado nas linhas de montagem, que na esteira rolante tinha um fluxo contínuo de peças de um produto, parceladamente montado (na época uma inovação tecnológica revolucionária); velocidade e ritmo de trabalho imposto pelas máquinas e produção voltada para o consumo de massa.

Além desses novos elementos, o fordismo se preocupou com o trabalhador em sua vida fora do ambiente laboral, com o intuito de controlar elementos que poderiam afetar sua produtividade. Como lembra Gramsci (1991, p. 398) exacerbou-se a preocupação dos capitalistas em combater os “agentes destruidores da força de trabalho”: o álcool e o instinto sexual. A exigência de um novo perfil de trabalhador, em conformidade ao novo tipo de produção capitalista, tornou-se um elemento estratégico para a consolidação de um modo de subjetivação hegemônico, tal como ocorreu no próprio taylorismo.

Mas, o mercado de trabalho e o consumo de massa não foram estendidos democraticamente a toda a população e isso gerou intensos conflitos sociais, o que demandou a instalação do chamado “Estado de bem-estar social” ou, em sua denominação americana, Welfare State, caracterizado por um Estado previdenciário e arbitral na relação capital e trabalho, com a concessão de “[...] direitos sociais de educação, saúde, transporte, moradia, garantias de emprego e seguro desemprego.” (FRIGOTTO, 1995, p. 82). Tais concessões passaram a demandar mais

investimentos públicos, gerando um caráter apaziguador na relação de forças entre burguesia e proletariado, com o objetivo de recompor o consumo de massa. Gentili (1998, p. 107) lembra, assim, o duplo papel atribuído ao Estado, “[...] como agente de investimento e como mecanismo de regulação do conflito social [...]”.

Todavia, segundo Antunes (2005b) nos primeiros anos da década de 1970, o ideário fordista entrou em crise frente a fatores como: queda da taxa de lucro, com o encarecimento da força de trabalho; falência do modelo de acumulação taylorista/fordista de produção, visto que tal modelo não conseguia mais reagir frente à retração do consumo que se acentuava, consequência inevitável do desemprego estrutural que se iniciava; crescimento da esfera financeira frente ao setor produtivo; fusões de empresas, garantindo maior concentração de capitais; crise do “Estado de bem-estar social” e aumento significativo das privatizações.

Esse contexto gerou um terreno propício a um novo modelo produtivo, demandando reestruturações de ordem econômica, social e política, entra em cena a “acumulação flexível”, definida, apropriadamente, por Harvey (1996, p. 140) com as seguintes características:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] a comunicação via satélite e a queda

dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo [...].

Esse sistema também ficou conhecido com o nome de toyotismo, visto que muitos dos seus princípios foram concebidos no âmbito da fábrica japonesa Toyota. Ele tem entre suas particularidades: estoques reduzidos; produção *just in time* (na hora); implantação de novas tecnologias; desregulamentação dos contratos de trabalho; empresas transnacionais, entre outras.

Além disso, são características desse modo de organização, a defesa intransigente de princípios como: privatização da máquina estatal; supressão dos direitos sociais, redução de salários e flexibilização destes conforme o alcance de metas; aceleração do binômio produção/consumo; intenso crescimento do setor de serviços e da economia informal; gestão organizacional orientada pelo modelo da competência. Hoje, sob o paradigma da competência há uma mudança significativa da concepção de trabalho: “[...] desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas, para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho.” (RAMOS, 2002, p. 39).

Frente a tais particularidades, o trabalhador é chamado a estar “[...] mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente [...]” (ANTUNES, 2005b, p.48). Esse perfil de trabalhador no toyotismo, por sua vez, tem o objetivo final de intensificar a exploração da força de trabalho e de alterar hábitos e padrões de consumo, mas para isso reveste tais exigências de fins recursos ideológicos de sedução. Esse processo que vem se reafirmando

até os dias atuais produz, a cada momento, novas formas de fetichização, produz o “envolvimento manipulatório” (ANTUNES, 2005b) em seu limite máximo.

Importante destacar que todos esses modos de organização e gestão do trabalho (taylorismo, fordismo e toyotismo) convivem lado a lado e trouxeram, ao longo da história, diferentes impactos sobre a categoria trabalho e seus sentidos para o trabalhador.

Distintos sentidos e lugares do trabalho na sociedade contemporânea

Diante do cenário delineado, constata-se intensas mudanças no contexto laboral e conseqüentemente importantes repercussões na classe trabalhadora. Identifica-se o predomínio de culturas organizacionais configuradas por laços frouxos, relações fluidas e vínculos empregatícios cada vez mais frágeis. Frente às turbulências de um mercado globalizado, a precarização estrutural é inerente ao cotidiano do trabalhador e, para sobreviver, ele busca no seu labor as mais distintas alternativas de sustento.

Dessa forma, é crescente o número de pessoas que não reconhecem a esfera profissional como um espaço de realização. Há apenas uma minoria atuando em funções que permitem maior envolvimento e identificação. Existe, na realidade, um grande grupo que se mantém em determinadas organizações apenas por necessidade financeira e medo de não conseguir outro emprego, que, diante de uma oferta melhor, trocaria facilmente de atividade profissional. Para esse grupo, o trabalho não é um fim em si mesmo, é, principalmente, um meio para alcançar outros objetivos. (RIBEIRO; LÉDA, 2004).

Identifica-se nesse contexto um movimento crescente de intensificação da atividade laboral, a qual está sempre cercada da palavra “mais”, que é usada tanto para o trabalhador desempenhar diversas atividades, quanto para impor maior engajamento. Os empresários lançam mão de novos modos de organização do trabalho e de formas de controle sofisticadas intermediadas pelo uso das tecnologias da informação – na incansável busca da eliminação dos tempos mortos e da porosidade – tornando o processo de trabalho mais denso e concentrado mediante a microrregulação do exercício profissional. Exigem dos trabalhadores um empenho mais firme e um envolvimento superior, associados a um aumento de dispêndio de energia física e psíquica para dar conta do “plus”, em termos de carga adicional ou da tarefa mais multifacetada. (ROSSO, 2008).

O trabalho assalariado complexifica-se podendo ou não assumir a forma de contrato clássica juridicamente determinada como emprego. É um terreno fértil para “o surgimento da nova precariedade salarial, com a ‘implosão’ da jornada de trabalho, a vigência da remuneração flexível e a disseminação dos contratos precários.” (ALVES, 2016, p. 691). As relações estáveis, identificadas como emprego, caracterizadas por vínculo estabelecido em contrato de trabalho, jornada definida e salário fixado tendem a ser substituídas por relações de trabalho nas quais os empregados cedem lugar aos trabalhadores prestadores de serviços, autônomos ou empreendedores.

Destaca-se a erosão do trabalho contratado e regulamentado; a criação de “falsas” cooperativas; o “empreendedorismo” representado nas mais distintas formas de flexibilização, assim como, a ampliação em escala

global do trabalho imigrante em condições cada vez mais degradantes. Surge um novo segmento de proletariado não-industrial, sobretudo, no setor de serviços, que apresenta excepcional crescimento desde que o capitalismo impulsionou a chamada era das mutações tecnológico-informacional-digitais. Destaca-se, neste nicho, os teleoperadores que representam uma das maiores categorias de assalariados, em notável expansão em escala global (ANTUNES, 2013).

Constata-se, portanto, significativas mudanças na constituição da classe trabalhadora, sinalizadoras de um processo de metamorfose e não de dissipação e eliminação da mesma. Antunes (2005a) defende, que as transformações atuais implicam, na verdade, uma nova morfologia e polissemia do trabalho, opondo-se às tão propagadas teses da corrente eurocêntrica, que advogam a perda da centralidade do trabalho, a sua desconstrução como categoria sociológica-chave e o seu fim determinado, pelo declínio do emprego assalariado, pelo aumento do desemprego, pela alienação e pelos avanços tecnológicos e científicos dos meios de produção.

Nessa mesma perspectiva, Castel (2001, p.578) apresenta um forte argumento em defesa da tese da centralidade do trabalho ao afirmar que “o trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, como provam as reações dos que não o têm”. Partindo deste entendimento, complementa-se – nas situações de afastamento do trabalho, seja por desemprego, adoecimento ou aposentadoria, é que a relevância da atividade laboral se evidencia de forma contundente. Sendo, justamente, na sua

ausência que o trabalho comparece como um dos grandes alicerces da constituição do sujeito.

Concorda-se com Navarro e Padilha (2007) quando afirmam que as pessoas continuam ancorando a sua existência na atividade laboral e que a centralidade do trabalho se confirma não só na esfera econômica, mas também na esfera psíquica.

Na sociedade contemporânea, as pessoas somente são merecedoras de respeito se desempenham atividades necessárias à manutenção do fluxo do capitalismo. A inserção social pela via da atividade laboral, do assalariamento, é o caminho tradicionalmente aceito. A conquista de reconhecimento e de um lugar social está atrelada à capacidade produtiva. Os indivíduos sem trabalho, sob a lógica do capital, não são dignos, não têm valor. Dessa forma, terminam por engrossar o contingente populacional dos incluídos à margem, dos relegados, dos desenraizados, ou como bem aponta Castel (2001), dos desfiliaados. Posicionam-se, assim, na periferia da sociedade, vulneráveis a um doloroso processo de discriminação, que inevitavelmente desestrutura laços sociais e afetivos.

As repercussões propiciadas pelo afastamento do cotidiano laboral assumem distintos contornos conforme o sentido que a pessoa atribui ao seu trabalho. Entende-se, sentido do trabalho¹ como representativo de uma dimensão mais restrita, singular, fruto de uma produção pessoal decorrente da

captura subjetiva dos significados coletivos do trabalho. (TOLFO, 2015). O sofrimento decorrente dessa ruptura se aprofunda quando a atividade laboral, anteriormente exercida, não carrega apenas o sentido de meio de sobrevivência, mas também possibilidade de manter contato com outras pessoas, de ter uma ocupação, de se reconhecer como parte integrante de um grupo ou da sociedade, ou ainda, representa uma significativa oportunidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, atuando como uma importante fonte de autorrealização e de experiências psicossociais.

A vivência de exclusão e segregação no não lugar, diante do afastamento do cotidiano laboral, é desafiadora (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008). Consiste em destituição de um sentimento de pertencimento e de uma vida social, oportunidades antes favorecidas pelo vínculo laboral. Não é apenas um emprego que se perde, há uma interrupção de todo um percurso construído. Nessa perspectiva a exclusão do mundo do trabalho continua a ser fonte de grande sofrimento e de vazio existencial, agravando os quadros de adoecimento já existentes ou criando outros.

Não restam dúvidas, sobre o quanto é penosa a ruptura do vínculo laboral em uma sociedade que gira em torno do trabalho, que valoriza prioritariamente o que é produtivo. Qualquer afastamento do mundo do trabalho - desprovido de planejamento e de desejo de desvencilhamento - é doloroso e

individual e à categoria significado, ao construído e compartilhado socialmente, o sentido que o trabalhador atribui à sua atividade é criado na vida pelas relações objetivas que se estabelecem entre os indivíduos e está estritamente imbricado ao processo coletivo de significação do trabalho, determinado pelo contexto histórico, econômico, cultural e social.

¹ Diferencia-se o termo sentido de significado, compreendendo o último como “[...] reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem a esta. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente e apropria-se dele [...]”. (LEONTIEV, 1978, p. 96). Contudo, assinala-se que, apesar da categoria sentido remeter ao

angustiante. Contudo, na situação de desemprego há uma agudização desse sofrimento, devido a uma maior discriminação e responsabilização do sujeito que é demitido.

Batista e Codo (2002) apontam que “ser” desempregado não remete à fatalidade, à má sorte, mas representa incompetência, condição não tolerada pela nova ordem social. Em uma sociedade atravessada pela ideologia da meritocracia, os desempregados têm a sua identidade ferida e tendem a se culpabilizar pela sua condição de excluídos e, não raramente, veem-se como os únicos responsáveis do sucedido. Acreditam que se tivessem realizado uma qualificação adequada, se fossem mais dedicados e competentes, teriam evitado a saída do mercado de trabalho. Terminam por vivenciar sentimentos de vergonha, fracasso e baixo autoestima.

O ressentimento, a sensação de abandono, a depressão, o alcoolismo, a dependência de outros tipos de drogas, a desestruturação de laços familiares e sociais, entre outros sérios problemas, têm sido identificados como manifestações preocupantes de sofrimento provocado pelo desemprego.

Dejours (2011a, p.165) sinaliza que o desemprego tende a “excluir o sujeito de toda uma série de mediações com o coletivo, relegando-o a uma marginalidade e a um isolamento deletérios”.

Em um mundo regido em termos de tempo de produção, em que o trabalho é reconhecido como um dos principais instauradores da temporalidade, a inexistência do tempo alocado, de um ritmo, de horários e de obrigações estabelecidos, deixa um vazio. O caráter organizador da rotina, não comparece, gerando desordem. Expressa-se, desta forma, um profundo sentimento, de

inutilidade e superfluidade, diante do desafio de dar sentido a uma vida sem trabalho.

Não é por acaso, que muitos trabalhadores com direito adquirido para aposentadoria, postergam, adiam a decisão de afastamento do ambiente laboral. Os envolvidos nesta empreitada de ruptura do percurso profissional podem vivenciar ganhos e perdas. Para alguns, o corte do vínculo com a organização simboliza a liberação das obrigações com uma rotina de trabalho, um recomeço, uma espécie de alforria, com mais independência e tempo disponível para vida familiar e social.

Contudo, em uma sociedade que cultua e exalta o trabalho como categoria central, a aposentadoria é quase sempre associada ao ócio, a inutilidade, ao nada fazer. Há um receio de desprendimento, especialmente, para os trabalhadores que priorizaram a dimensão profissional em detrimento de outras dimensões como pessoal e social. Para parte significativa, a aposentadoria expressa uma passagem para a solidão e para o tédio, simbolizando até a perda do próprio sentido da vida.

Os trabalhadores, diante da decisão de permanecer ou se afastar do ambiente laboral, avaliam o desafio de preenchimento de um tempo livre, que quase sempre foi colocado em segundo plano quando em confronto com o tempo de produção. É um momento atravessado por incertezas sobre o que fazer com o tempo disponível, após tantos anos delineados e orientados pelo tempo dedicado ao trabalho.

O tempo de não trabalho retrata o refugio, que não tem utilidade técnica, social e econômica. Com a possibilidade de vivenciar tanto tempo livre de obrigações e de incorporar a identidade do inativo, ineficaz, inerte, obsoleto e

velho, o trabalhador retarda o seu desligamento.

Receia com a possibilidade da aposentadoria, ser estigmatizado e torna-se um peso social. Sobretudo, em função da aposentadoria estar, quase sempre, atrelada à velhice – fase da vida atravessada pelo preconceito etário, atitude nociva que se sustenta em concepções como invalidez e incapacidade do idoso para acompanhar as demandas de um mundo produtivo.

Enfim, o tempo da aposentadoria é caracterizado pela inatividade do não trabalho, algo tão desvalorizado em nossa sociedade. Neste contexto de tantas perdas, frente a tantos preconceitos e estereótipos negativos, muitos que optam por usufruir de um direito duramente e merecidamente conquistado, não raro, adoecem por não conseguirem lidar com tamanha ruptura.

Cabe ressaltar, que não está se defendendo que o não trabalho, oriundo do desemprego ou da aposentadoria, seja sempre fonte de sofrimento e adoecimento, como também, que a atividade produtiva seja a solução para todas angústias e garantia do prazer. Seria uma visão simplista e reducionista das repercussões da atividade laboral na saúde e subjetividade dos trabalhadores.

Compreende-se que o labor não atua somente como uma oportunidade de referência, de crescimento e desenvolvimento psicossocial do adulto, mas também como gerador de sofrimento e adoecimento. O trabalho “[...] ainda parece ser uma importante fonte de saúde psíquica [...] ao mesmo tempo em que se registram cada vez mais pesquisas que evidenciam o trabalho como causa de doenças físicas, mentais e de mortes.” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 15).

Segundo Martins (2001, p. 22) o papel contemporâneo do trabalho na vida humana evidencia paradoxos:

Ele [o trabalho] estrutura o tempo, enquanto o consome cada vez mais intensamente. Provê a rede central de relações, da mesma forma que retira o indivíduo do convívio de seus familiares e de outros círculos sociais. Dá significado e um papel a desempenhar, enquanto reduz a dignidade humana a sua utilidade nas engrenagens econômicas. É um direito disputado por muitos, ao mesmo tempo, que um dever indesejado por outros tantos.

Frente a complexidade dos sentidos que o trabalho abarca na sociedade contemporânea, considera-se o mesmo como uma categoria-chave que “[...] ou joga a favor da saúde ou, pelo contrário, contribui para sua desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação.” (DEJOURS, 2011, p.164). Constata-se, dessa forma, que o trabalho permanece como elemento central, configurando-se como fonte de pesquisa essencial para a compreensão da constituição do ser social. Jamais podendo ser considerado como neutro ou pouco significativo.

Considerações finais

Estudar a categoria trabalho na sociedade contemporânea é um grande desafio, frente à complexidade da conjuntura. A gravidade das consequências humanas, materiais e ambientais que o capitalismo vem produzindo, gera a necessidade de um desvelamento de suas múltiplas determinações. Tem-se a compreensão de que não se modifica os rumos de uma realidade, sem compreendê-la em profundidade.

É preciso fortalecer o debate sobre as questões relacionadas à categoria trabalho, dada a sua centralidade,

conforme foi indicado no texto, visto que, todos os sujeitos sentem as suas reverberações.

Diante dessa urgência e importância, o presente ensaio buscou ser uma contribuição no processo de desnaturalização das condições sociais dadas. Para isso, em um primeiro momento procurou resgatar historicamente os modos de gestão do trabalho e suas distintas formas de controle da subjetividade do trabalhador, inicialmente apresentadas com características de mando e punição mais explícitas, para, em períodos mais recentes, camuflar tais características para atitudes mais sedutoras de adesão às diversas formas de exploração, gerando internamente em cada trabalhador a responsabilização e culpabilização pela situação em que se encontra.

Em seguida, analisou-se algumas implicações trazidas pela fragilidade dos vínculos no mundo laboral, desde os que dizem respeito à escassez de formalidades como carteira de trabalho ou contrato e os direitos daí advindos, até a vulnerabilidade nas relações interpessoais, corroídas por aspectos como competitividade e individualismo. Pode-se constatar a partir dos estudos e análises realizadas, que qualquer tipo de efemeridade, contratual ou relacional, pode conduzir os sujeitos a viverem processos de sofrimentos e adoecimentos em níveis desumanos.

Defende-se que apesar de todo o contexto adverso, o trabalho ainda permanece como categoria central, podendo implicar de modo estruturante ou desestruturante para a saúde psíquica do trabalhador. Ressalta-se vivências mais acentuadas de sofrimento e angústia trazidas por situações de não trabalho, como desemprego e aposentadoria, sinalizadoras do quanto a atividade laboral é carregada de sentido

e extrapola a função de meio de sobrevivência. Embora, tal raciocínio evite o determinismo de que será sempre assim, visto que alguns sujeitos conseguem aproveitar o afastamento da atividade laboral para ressignificar a sua trajetória, atribuindo novos sentidos para a sua vida, para além do sentido demarcado pelo cotidiano de trabalho.

Para finalizar, acredita-se ser imprescindível análises críticas que revelem a retórica de estudos e de documentos oficiais, pois assim há alguma chance de desconstrução dessa realidade que pretende-se hegemônica. Entende-se que é necessário desconstruir atitudes de indiferença, passividade e naturalização diante do vertiginoso processo de mercantilização da vida.

Referências

- ALVES, G. Crise do capitalismo global, desmedida do valor e as mutações orgânicas da totalidade viva do trabalho - notas críticas sobre o capitalismo do século XXI. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 681-697, 2016.
- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2005a.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. reimp. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- ANTUNES, R.(Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- BATISTA A. S. e CODO W. O trabalho e o tempo. In: JACQUES, M.G.; CODO, W. (Orgs.) **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 401-420.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, R.J: Vozes, 2001
- DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Paralelo 15; Fiocruz, 2011a. p. 151-166.

DEJOURS, C. Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões desconhecidas do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Paralelo 15; Fiocruz, 2011b. p. 381- 407.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1. p.149-174.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ, 1995. p.77-108.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

JOST, R; FERNANDES, B.; SOBOLL, L. A subjetividade do trabalhador nos diversos modelos de gestão. In: SOBOLL, L; FERRAZ, D. (Orgs). **Gestão de Pessoas**: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014, p.48-66.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MARTINS, H. T. **Gestão de carreiras na era do conhecimento**. São Paulo: Qualitymark, 2001.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, C.; LEDA, D. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2004.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

TOLFO, S. Significados e sentidos do trabalho. In: BENDASSOLI, P.F.; BORGES-ANDRADE, J, (Orgs.) **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p.617-625.

ZANELLA, J. **O trabalho como princípio educativo do ensino**. 2003. 311 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.